
FORMAÇÃO DOS PROJETOS DE AGRICULTURA FAMILIAR COM DENDEZEIRO NA AMAZÔNIA PARAENSE

FORMATION OF FAMILY AGRICULTURE PROJECTS WITH OIL PALM IN THE AMAZON OF PARÁ

João Santos Nahum

Docente da FGC e do PPGEIO da UFPA, pesquisador do Grupo de Pesquisa GDEA -Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia e do Observatório do dendê
prof.joaonahum@gmail.com

Cleison Bastos dos Santos

Docente da rede pública de ensino no Pará, pesquisador do Grupo de Pesquisa GDEA -Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia e do Observatório do dendê
cleisongeo@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a formação do primeiro projeto de agricultura familiar de cultivo do dendezeiro do Brasil, no município de Moju (PA). Para tanto, realizou-se revisão de literatura que tem por objeto os projetos do Aruaí para levantar dados, entrevistas e informações sobre como ocorreu a aquisição da área e formação dos projetos de agricultura familiar. Entrevistou-se moradores do lugar, cultivadores ou não do dendezeiro, bem como personagens que estão nos bastidores e na cena principal das ações políticas estruturantes do projeto, seja escolhendo a área, realizando as desapropriações, indenizações, apresentação do projeto e elaboração dos contratos de integração. O artigo clarifica os caminhos e descaminhos da associação entre espaço e política que tornou possível a estruturação do projeto piloto de agricultura familiar numa área, onde até o final da década de noventa do século passado, não havia dendezal. Desde então, campos de dendezeiro substituíram as paisagens pretéritas. É essa arqueologia espacial que o leitor encontrará, mostrando como empresas, políticos locais, Estado, dentre outros criaram a maior experiência de agricultura familiar integrada ao dendezeiro do Brasil, que é o projeto Aruaí.

Palavras-chave: Amazônia. Dendeicultura. Projeto Aruaí. Agricultor familiar. Moju (PA).

Abstract

The article analyzes the formation of the first oil palm family agriculture project in Brazil, in the city of Moju (PA). For that a literature review was carried out to collect data that has the Aruaí projects as its object, interviews and information on how the area was acquired and about the formation of family agriculture projects. Residents, whether oil palm cultivators or not, were interviewed, as well as characters who are behind the scenes and in the main scene of the project's structuring political actions,

whether selecting the area, performing expropriations, indemnities, project presentation and elaboration of integration contracts. The article clarifies the paths and detours of the association between space and politics that made possible the structuring of the pilot project of family agriculture in an area, where until the end of the last century's nineties, there was no oil palm. Since then, oil palm fields have replaced past landscapes. It is this space archeology that the reader will find, showing how companies, local politicians, the State, among others, created the major experience of family agriculture integrated with oil palm in Brazil, which is the Arauaí project.

Keywords: Amazon. Palm oil. Arauaí Project. Family agriculture. Moju (PA).

Introdução

Os termos dendê, dendezeiro e dendeicultura estão relacionados. O dendê é o fruto da palmeira do dendezeiro (*Elaeis guineensis*), trazida do continente africano para a América do Sul no século XVI (HOMMA, 2016). Na Amazônia cultiva-se o dendezeiro desde 1950 e utiliza-se o fruto fresco colhido no processo produtivo de óleo de dendê e de palmiste, consumidos pela indústria de alimentos, cosméticos, higiene e mesmo na composição do biodiesel (RIVAL; LEVANG, 2014). O cultivo do dendezeiro exige grandes áreas e segue espaçamento que torna a produção e a produtividade elevadas (GOMES JUNIOR *et al.* 2018). Contemplando-se um dendezal acredita-se que a sua formação, consolidação e expansão são explicadas unicamente pela ação de empresas envolvidas na atividade rural na escala local. Desse modo, confunde-se o dendezal, resultante do cultivo do dendezeiro, com dendeicultura.

Entende-se por dendeicultura os processos espaciais, desencadeados a partir da associação entre Estado e setores empresariais da cadeia produtiva do dendê, que possibilitam o cultivo do dendezeiro nesta fração da Amazônia, reorganizando a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social dos lugares sob sua influência (NAHUM; SANTOS, 2018a; NAHUM; SANTOS; SANTOS, 2018b). A dendeicultura exemplifica um pensamento único, de modo que a reprodução espacial das comunidades de Bacuriteua, Castanhandeua, Arauaí, São Vicente, Apeí, por exemplo, no município de Moju, está umbilicalmente associada às empresas Agropalma e Marborges, silenciando ou sufocando outro vetor de desenvolvimento territorial rural. Mergulhados na euforia do presente, as comunidades rurais ainda não vislumbram os riscos e impactos dessa atividade para as gerações futuras.

Enquanto processo espacial a dendeicultura demanda terra e força de trabalho. A obtenção desses dois pilares da riqueza pelos empreendimentos dendeicultores desencadeia a desterritorialização do modo de vida dos lugares, seja pela apropriação de terras onde havia o sítio familiar, seja pela transfiguração do sitiante em força de trabalho para os campos de plantio e outras atividades da agroindústria do dendê. Neste texto, entende-se por desterritorialização a conversão da terra e da força de trabalho em pilares da dendeicultura. Na localidade do Arauaí, antes da dendeicultura, terra, trabalho e família constituíam uma tríade indissolúvel, pois a terra era para viver e o trabalho não era resumido ao ato de produzir, bem como a propriedade familiar não era uma empresa. A alma dessa tríade era a territorialidade, um sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, 19), ou seja, as pessoas estão no território, mas o território está nas pessoas, nos fazeres, saberes. Por conseguinte, ainda pensando com Santos (2006, p. 328), “desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização”.

Tendo por fundamento empírico a região do Alto Moju e da PA 150, no município de Moju, analisam-se as metamorfoses espaciais que presidem, sustentam e estruturam os processos de desculturização que culminaram na formação dos projetos de agricultura familiar do dendezeiro no assentamento Arauaí. Nesse texto, explica-se a formação dos projetos de agricultura familiar com dendezeiro a partir da relação entre dendeicultura e desculturização de sítiantes. Para tanto, realizou-se revisão de literatura que tem por objeto os projetos do Arauaí para levantar dados, entrevistas e informações sobre os processos de aquisição da área e formação dos projetos de agricultura familiar. Igual propósito norteou a realização de setenta entrevistas com perguntas semiestruturadas envolvendo moradores do lugar, cultivadores ou não do dendezeiro, bem como personagens que estão nos bastidores e na cena principal das ações políticas estruturantes do projeto, seja escolhendo a área, realizando as desapropriações, indenizações, apresentação do projeto e elaboração dos contratos de integração.

Os trabalhos de campo ocorreram nos meses de janeiro, fevereiro, junho e julho de 2019 nas comunidades do Arauaí, Apeí, Soledade e São Vicente na região do Alto Moju. Entrevistamos cinquenta e dois agricultores procurando identificar suas motivações e formas de ingresso nos projetos de Agricultura Familiar com Cultivo do Dendezeiro do ano de 2002 (Arauaí I) e 2005 (Arauaí II). Além destes, entrevistamos o

ex-presidente da Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí (ASDECRA), o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, o ex-funcionário da empresa Agropalma, o ex-prefeito municipal e um extensionista aposentado da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará), que na época (2000) era chefe do escritório local (Moju). As entrevistas, o trabalho de campo e a análise de literatura permitiu-nos delinear a ação do Estado, da Agropalma e de agentes locais no sentido de viabilizar a área e força de trabalho para o primeiro assentamento produtor de fruto fresco colhido de dendê.

O artigo é composto por três partes principais, além da introdução e das considerações finais. A primeira mostra o conjunto de narrativas sobre as origens dos projetos de agricultura familiar do dendezeiro. Situada as origens, a parte seguinte concebe como desculturalização um conjunto de ações que culminam com a formação de mão de obra para os projetos. Na terceira parte enfoca-se o contrato de integração entre empresa e os agricultores integrados. No conjunto as três partes clarificam os caminhos e descaminhos da associação entre espaço e política que tornou possível a estruturação do projeto piloto de agricultura familiar numa área, onde até o final da década de noventa do século passado não havia dendezal. Desde então, campos de dendezeiro substituíram as paisagens pretéritas. É essa arqueologia espacial que o leitor encontrará, mostrando como empresas, políticos locais, Estado, dentre outros criaram a maior experiência de agricultura familiar integrada ao dendezeiro do Brasil, que é o projeto Arauaí.

Narrativas

Pode-se identificar quatro etapas na história dos projetos de agricultura familiar com cultivo do dendezeiro integrados a Agropalma, empresa de capital 100% nacional, constitui o maior e mais moderno complexo agroindustrial de plantio de dendê, produção e processamento desta palma da América Latina (Santos, 2015). Esta divisão justifica-se pelo fato dos projetos I, II e III terem sido implantados nas áreas sob posse das associações produtores integrados (e os posteriores implantados nas propriedades dos agricultores). A diferenciação das etapas mostra a trajetória do processo, pois a Agropalma não nominou a etapa de implantação do ano de 2012, nem os projetados a

partir de 2018, respectivamente de projetos V e VI, tal como fez com os projetos I, II, III e IV. Sendo assim, a terceira e quarta etapa reportam-se aos projetos que foram implantados no ano de 2012 e planejados a partir de 2018 para cultivadores familiares de dendezeiro.

Na primeira etapa identificam-se três momentos. O primeiro, inaugurado em 2002, com o projeto I (Arauaí I); o segundo, com o projeto II, em 2004, e o terceiro, com o projeto III (Arauaí II), em 2005. A segunda etapa desenvolveu-se nas terras dos assentados da reforma agrária do Projeto de Assentamento Calmaria II, em 2006. A terceira etapa, elaborada em 2011 e implantada em 2012, deu-se na região do Arauaí; e a quarta etapa para os projetos cuja seleção de propriedades particulares começou no ano de 2018 (SANTOS, 2020).

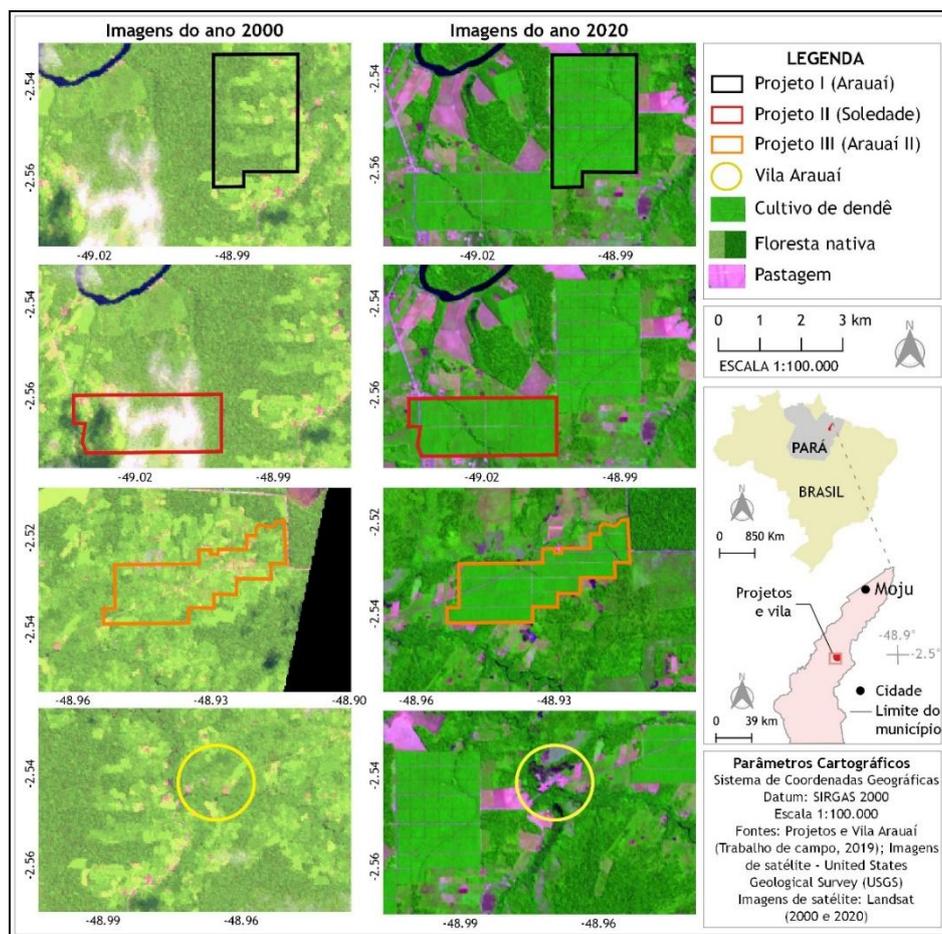
A Figura 1 mostra que em 2000 não havia dendezal na área que hoje estão os projetos I, II e III do Arauaí. Um conjunto de narrativas indica a atuação de diferentes sujeitos na formação do projeto e dos posteriores.

O prefeito do município de Moju na gestão (1997-2000), chamado popularmente de “Parola”, assim explicou as origens do projeto de agricultura familiar com cultura do dendezeiro do Arauaí,

Eu conheci um cidadão chamado Pedro Brito, um dos donos da antiga DENPASA e fizemos uma experiência¹ com 20 famílias de agricultores na comunidade Boa Esperança no km 50 da PA 150 [no município de Moju]. Onde nós exploramos 20 hectares de dendê gerando energia para a própria comunidade. Foi uma parceria entre a prefeitura municipal de Moju com a Universidade de São Paulo (USP) e a DENPASA. Nesse projeto foi montado uma mini-indústria para o processamento do óleo. Através desse trabalho me despertou o plantio da palma e porque não gerar um projeto para gerar renda para a comunidade? Aí então que aconteceu uma ligação maior minha com o Pedro Brito e ele concordou plenamente nesse projeto. Ele me apresentou ao senhor Iderlon [Soares Rocha] Azevedo, nessa época ele era comendador [Cônsul Honorário] da Malásia e através do Iderlon, em novembro de 1999, foi uma comitiva à Malásia com empresários de São Paulo, de Manaus, Cuba e outros lugares, que não me vem à memória, para conhecer as indústrias e os plantios daquele país. Nessa minha ida lá, eu me dediquei mais ao projeto da Agricultura Familiar, visitei vários projetos, conversei com muitos produtores com os quais tinham plantios de 4 hectares e tinham uma vida que podemos dizer razoável, daí então, voltando ao Pará, busquei uma parceria com o Grupo Agropalma, com o governo do Estado e fizemos um projeto na comunidade do Arauaí, iniciando com 50 famílias com 10 hectares cada família com início do plantio em 2002 (Entrevistado 1).

¹ Segundo Homma (2016, p. 32), no ano de 1997, mais especificamente, “no Natal, 180 famílias da vila Boa Esperança, no município de Moju, receberam energia elétrica a partir de geradores movidos a óleo de palma. Outra experiência foi implantada, posteriormente, na vila Boa União, município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas”.

Figura 1: Área dos Projetos I, II e III em 2000 e 2020.



Fonte: Trabalho de campo 2019, imagens da USGS.

Org: autores

Pela narrativa, conclui-se que Parola propôs o projeto, cujo interesse pelo cultivo do dendezeiro se deu ao considerar as possibilidades abertas com a experiência na vila Boa Esperança, localizada, no km 50 da PA 150, em 1997 e, posteriormente, pela viagem aos dendezeiros da Malásia como integrante da comitiva governamental paraense. Esta versão é confirmada por Viera (2015, p. 79): “o prefeito da época, Parola [...], se interessou pelo projeto de dendê, [...] ele foi até a Malásia e achou que era bom, se juntou com o governador [...] que na época era o Almir Gabriel e eles fizeram essa proposta para Agropalma. [...]”. No entanto, outra fonte relatou que projeto foi iniciativa da empresa Agropalma,

A Agropalma tinha interesse no projeto, sobretudo o Adauto [Souto, técnico agrícola da empresa, na época] e daí ele conversou com o Parola, e ele gostou. O Adauto já tinha ido na Malásia e, ele falou para o Parola dos projetos de agricultura familiar de lá e o Parola foi realmente na Malásia ver se era um negócio rentável e lá ele viu que era e participou aqui. Porque a

prefeitura na época participou na pessoa do Parola e na pessoa do Assis [Francisco de Assis das Chagas], Secretário de Agricultura [e Meio Ambiente de Moju] participou do projeto, inclusive na elaboração (Entrevistado 3).

Sacramento (2017) menciona que

[...] o projeto da agricultura familiar do dendê na comunidade do Arauaí foi tido como um projeto-piloto idealizado pelo governador do Estado Almir Gabriel que através da Secretaria Executiva de Agricultura (SAGRI), com interferência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, além das partes mais interessadas, a empresa Agropalma e as famílias, sendo que termos de compromissos e responsabilidades foram assinados por ambas as partes a fim de garantir maior segurança, principalmente para a empresa. As terras destinadas no primeiro momento do projeto deviriam se de aproximadamente 600 hectares, onde cada uma das 50 famílias deveria possuir aproximadamente 25 hectares, ou seja, cada família poderia plantar no máximo 12 hectares de dendê.

(...)

Antônio do Couto Santos, da secretaria de agricultura do estado do Pará, um dos responsáveis pela elaboração do projeto que começou a ser pensado no ano de 1997, após uma viagem do então governador do Pará Almir Gabriel à Malásia, onde percebeu que até ‘dentro dos quintais’ as famílias cultivavam o dendê, e que segundo Couto, o governador Almir Gabriel ficou fascinado com o modelo de agricultura familiar daquele país, um dos maiores exportadores deste produto. A ordem dada pelo governador ao então secretário de Agricultura, Hildegardo Nunes, seria, a de que se existia grandes quantidade de terra próximo aos empreendimentos de dendê aqui, por que então não fazer o mesmo com as famílias dessas regiões (SACRAMENTO, 2017, p. 177-185).

Sacramento (2017) situa na primeira gestão (1995-1999) do ex-governador Almir Gabriel a elaboração do projeto-piloto do Arauaí. Inicialmente o projeto seria implantado na vila Soledade, localizada na margem esquerda do rio Moju, no Alto Moju. Em entrevista o coordenador da localidade, seu Cornélio, disse que

Nessa época eu era presidente da Associação da Soledade e conseguimos trazer o projeto de dendê para esse lado da Soledade para atender a demanda das famílias daqui que era para fortalecer a economia da Soledade e trazer a estrada e através da produção melhorar o sistema de escoamento. Além do dendê, a gente estava pensando na mandioca, na pimenta-do-reino [...] e eu corria atrás da energia direta que também não tinha. Era o maior sufoco porque o motor quebrava para cá, quebrava para lá e nós chegamos a tirar do mato num primeiro momento 150 árvores e depois mais 250 para fazer os postes para colocar na estrada para que a energia chegasse aqui. Quando a gente estava lutando por tudo isso e daí o projeto de dendê já deixa de ser para esse lado [Soledade] e vai para o outro lado [Arauaí], por causa da travessia e a energia que estava prevista para a vila [Soledade] que era 28 km de energia [linha de transmissão], a Agropalma na época precisava de energia e o pessoal fala que a energia teria ido para lá. Então nós ficamos sem o projeto de dendê e sem a energia (Entrevistado 4).

Em entrevista, o ex-prefeito “Parola” expôs as motivações iniciais do projeto para a vila Soledade, bem como a escolha de outra área.

Eu queria fazer o projeto na Soledade, porque eu queria puxar mais para o meu município, mas eu senti que não estava certo naquele momento, eu aceitei os argumentos da empresa [Agropalma], porque tinha o problema da travessia. E a empresa depois puxou para o Arauaí e eu concordei. O meu negócio era puxar lá para o outro lado para crescer a vila [Soledade], para gerar renda e emprego na vila. Então naquele momento eu concordei, porque eu achei que estava querendo colocar o pé na frente do andor, então concordei com a mudança, porque no Arauaí ficava mais perto da empresa (Entrevistado 1).

Situada na margem esquerda do rio Moju, a localização da vila Soledade inviabilizaria o fluxo entre as prováveis áreas produtivas e as usinas de processamento, que estão na margem direita. Além disso, o cultivo do dendezeiro nessa vila exigiria a abertura de ramais e o tráfego constante de uma balsa para transportar a produção pelo rio Moju e deste às usinas esmagadoras das empresas CRAI, AMAPALMA, AGROPAR ou de outra empresa associada à Agropalma. No entanto, a cadeia produtiva do dendê, por conta das perdas de peso e aumento da acidez, precisa que o fruto do dendezeiro seja processado, preferencialmente, até 24 horas após a colheita. Segundo Muller, Furlan Júnior, Filho (2006, p.21), "por esse motivo, as plantações com dendezeiros não ficam muito distantes das usinas de beneficiamento, para não aumentar o custo do transporte e, também, para evitar que o óleo extraído tenha uma acidez elevada, o que pode inviabilizar seu uso para consumo alimentício".

Desculturalização

Um entrevistado narrou que “o ponta pé inicial foi achar uma área onde pudesse montar um projeto de 500 hectares” (Entrevistado 5). Por conta disso a empresa, junto com o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), procurou outro lugar para a implantação dos projetos. Ainda neste relato, a área do projeto deveria estar próxima das usinas de processamento da empresa. As pesquisas indicaram uma área nas proximidades da reserva, plantio e processamento do CRAI e da AGROPAR. Chegou-se, por conseguinte, a região onde estão as comunidades do Arauaí, São Vicente e Curuperezinho. Prossegue nosso entrevistado dizendo que

A comunidade que foi escolhida, foi escolhida em função da área disponível. Não foi pensado na comunidade de princípio, foi pensado numa área disponível próxima da Agropalma por causa da assistência técnica. Então foi feito um estudo junto com o ITERPA e foi descoberto essa área que era local de extração ilegal de madeira [que é hoje os projetos I, II e III], que era tudo

área devoluta, tinha alguns roças e ocupantes sem título da terra (Entrevistado 5).

Explicou um dos sitiantes da região que “a área do Projeto I, por exemplo, estava sob posse de 3 famílias: a Lima, a Almeida do Nascimento e a Mendonça de Oliveira” (Entrevistado 6). Destas entrevistamos integrantes das famílias Lima e Almeida do Nascimento. A quase totalidade do espaço atual do projeto I, até o final da década de 1990, estava sob a posse da família Almeida do Nascimento cujo patriarca, já falecido, era o senhor Sebastião, o seu “Sabá” e a matriarca a senhora Ermelinda, a dona “Panga”. Terminado a etapa de levantamento sobre quem habitava o lugar, a empresa Agropalma e o ITERPA acordaram que as famílias com posses na área do projeto teriam um lote deste projeto e mais uma área de 50 hectares demarcada e titulada pelo ITERPA fora do projeto.

A família Almeida do Nascimento declarou para Furtado (1998) possuir “a posse de 350 hectares de terras contíguas, margeando o igarapé Arauaí. No total são sete lotes de 500 metros de frente por 1.000 de comprimento, que ainda estão à espera de registro de propriedade” (FURTADO, 1998, p. 33-34). Um integrante da família confirmou que o tamanho da área sob posse da família é o mesmo citado por Furtado (1998) e foram titulados 50 hectares para 5 membros dos Almeida do Nascimento. Assim sendo, a família perdeu 300 hectares que estavam sob sua posse. Isso equivale a 60% da área do projeto I, informada em Rabello (2012), que é de 500 hectares. Segundo um entrevistado, “o projeto só saiu porque o seu Sebastião, o pai da Benedita, doou [cedeu] uma área que é parte do projeto I. Se ele não doasse talvez não tivesse saído o projeto” (Entrevistado 7).

O espaço identificado pelo levantamento do ITERPA e da Agropalma era, segundo informações de nossos entrevistados, uma área devoluta do Estado explorada por madeireiros e habitada por famílias sitiantes que, segundo relatos, desde as décadas de 1950 extraíam madeiras, óleos, resinas, cipós, lenhas, abatiam animais e cultivavam seus roçados.

O projeto-piloto do Arauaí (Projeto I ou Arauaí I), implantado em 2002, no Alto Moju, seja ele proposto pelo governo do Estado (Almir Gabriel), pelo prefeito municipal (João Cardoso) ou pela empresa (Agropalma), transformou-se, por conta dos que estão na origem, formação e implementação, em projeto público-privado, pois

foram canalizados recursos humanos, investimentos e colaborações de órgãos governamentais estaduais, municipais e privados. Explica Rebello (2012) que,

Em meados de 2000 foi firmada uma “Carta Compromisso”, entre os principais atores responsáveis pelo fomento do setor rural no estado do Pará, com o propósito de implementar o “Programa de dendê no nível da agricultura familiar”. No início de 2002, por sua vez, o Governo Estadual, Prefeitura de Moju, Agropalma e o Banco da Amazônia firmaram um “Convênio de Cooperação Técnica” com as bases do “Projeto piloto da cultura do dendê no município de Moju” onde se estabeleciam os fundamentos para deslançar o cultivo do dendezeiro com a inserção da mão de obra da agricultura familiar (REBELLO, 2012, p. 02).

Entrevistas com o ex-presidente da ASDECRA, o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, ex-funcionários da empresa Agropalma, o ex-prefeito municipal e com um extensionista aposentado da EMATER, que no ano 2000 era chefe do escritório local de Moju, possibilitaram descrever o papel de cada agente no processo de desterritorialização dos moradores da área e, posterior, estruturação do projeto de cultivo familiar de dendezeiro.

O Instituto de Terras do Pará (ITERPA) fez o mapeamento da área e levantamento dos habitantes desta, bem como foi responsável pelo processo de titulação das terras que ficaram fora dos projetos e, posteriormente, pela titulação da área dos projetos em nome da Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí e da Associação do Desenvolvimento Comunitário da Soledade. A empresa Agropalma elaborou junto a EMATER, SAGRI e SEMAGRI Moju, STR, o projeto piloto, divulgou-o, repassou as mudas (projeto I e II), limpou a área, arruou a área e forneceu assistência técnica; o escritório local (Moju) da EMATER também prestou assistência técnica e contribuiu na elaboração do projeto; à Prefeitura Municipal de Moju (PMM) coube selecionar as famílias, também apoiou a estruturação da área com serviços de topografia, abertura de ramais dentre outros; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRS) fez o levantamento das DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf), a seleção das famílias e colaborou na elaboração dos contratos; o Banco da Amazônia S.A (BASA) tratou dos processos de financiamento; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI-PA) prestou assessoria aos agricultores junto a Agropalma; a Secretaria de Agricultura do Município de Moju e a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI), atual Secretaria do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), cooperaram na elaboração do projeto; a Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) que se transformou, em 2007, em Secretaria de Estado de

Meio Ambiente (SEMA) e atualmente SEMAS, encarregou-se do processo de licenciamento ambiental dos projetos.

Em entrevista, o pesquisador e professor Alfredo Homma, narrou que a EMBRAPA foi convidada a compor o projeto, mas “alguns pesquisadores compreendiam que esse tipo de cultura se destinava para o ramo empresarial sendo, portanto, não adequado para a modalidade familiar, por isso recusaram” (Entrevistado 8). Rabello (2012), sem indicar o ano do projeto e o município em que seria implantado, reporta-se a uma “proposta semelhante envolvendo pequenos agricultores e que foi recusada pela Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual (UEPAE), vinculada à Embrapa, pois se acreditava que a atividade só era adequada para grandes produtores” (RABELLO, 2012, p. 254). Cruz (2006), em entrevista com secretário da SAGRI (Secretaria de Agricultura do Estado do Pará), registrou que o projeto de Agricultura Familiar com cultivo de dendezeiro, “já vinha sendo desenvolvido pelo governo no município de Concórdia do Pará, mas devido a uma série de problemas foi abandonado, [...]. Foi dentro desse contexto que a Agropalma se interessou [...] e condicionou o município de Moju para a implantação” (CRUZ, 2006, p. 124).

Depois do processo de elaboração do projeto, por volta do ano de 2000, a empresa e as entidades parceiras passaram a fase de divulgação e seleção dos agricultores. Na distribuição dos lotes do projeto, as famílias que estavam dentro ou na zona de contato do perímetro estipulado pela empresa e pelo ITERPA, automaticamente, estavam pré-selecionados e, segundo um dos entrevistados, “se ele, a pessoa pré-selecionada, tivesse filhos(as) na família casados (as), ele (a) também ganhava um lote no projeto”, disse o entrevistado (Entrevistado 9). Para os que não tinham posses na área do projeto, a exigência era que as famílias estivessem morando na região há pelos menos três anos. A escolha dos lotes foi feita por sorteio, mas as famílias que estavam antes da chegada do projeto tinham preferência. Narrou um entrevistado que a distribuição dos lotes ocorria da seguinte maneira: “caso a tua terra ficasse em confluência com o lote 3, por exemplo, a prioridade no lote era tua, mas se fosse outro, era feito um sorteio” (Entrevistado 10).

O processo de convencimento dos sitiantes para integrarem o projeto de cultivo familiar do dendezeiro não foi tarefa simples. Dona Benedita Nascimento falou, “eu fui uma das primeiras que aceitei o projeto, que aceitei o desafio, na época, o meu filho

estava pequeno, mas não fugi da luta” (Entrevistado 11). Mas a receptividade desafiadora relatada por dona Benedita não se generalizou no meio rural. Longe disso, encontrou pessoas desconfiadas das intenções da empresa, ainda que esta garantisse um lote no projeto e o ITERPA a titulação deste. A resistência maior estava entre os sitianteiros expropriados pelo projeto, que tiveram reduzidas a área de caça, de coleta, de alimentos, de mata e capoeira. Recorda dona Benedita a dificuldade para preencher as 50 vagas oferecidas pela empresa no projeto I:

Quando o projeto surgiu foi muito complicado a gente arranjar 50 famílias para entrar nesse projeto, porque todo mundo ficava com medo, porque tinha as opiniões contrárias, tinha gente que dizia que esse projeto era para tomar nossas terras, que nós íamos ser escravos da empresa. O sindicato mesmo, o Mário, naquela época era o presidente do Sindicato, ele falava assim: isso é loucura vocês vão perder a terra de vocês. O professor Lucito, naquela época era uma pessoa muito respeitada, o professor dizia: não entrem nessa porque vocês vão perder a terra de vocês. Dizia que não ia dar certo, que a gente ia perder nossas terras, e com isso o povo ia ficando com o pé atrás. Foi muito difícil, o Parola fez várias reuniões com a gente, o ITERPA veio na pessoa do doutor Ronaldo Barata veio, conversou com a gente, a Agropalma veio na pessoa do seu Adalto, disse: olha gente esse projeto é bom pra vocês, é um projeto maravilhoso, vocês vão mudar de vida, quem quiser mudar de vida, quem quiser apostar, daí foi, foi com várias reuniões teve pessoas que logo se convenceram eu, por exemplo, sempre gostei de encerrar desafios eu disse: pra mim, eu vou encarar não estou nem vendo. As pessoas falavam, mas Benedita, naquela época eu tinha apenas um filho com nove anos, isso é para quem tem mão de obra e aí foi, foi, foi e as pessoas foram se convencendo. E a gente acabou tendo a oportunidade de plantar [...] e aí quando o projeto surgiu e daí quando o pessoal viu que era bom, o pessoal começou a acreditar, a receber o financiamento (Entrevistada 11).

Desde a fase de elaboração, dona Bendita defendeu a implantação e a eficácia do projeto, isso explica sua narrativa entusiasmada. Por seu espírito empreendedor, a outrora sitiante, assume o papel de “garota propaganda” do projeto da empresa Agropalma, exemplo a ser seguido pelas famílias do meio rural do Moju. Convencida de que o projeto impulsionaria a região, dona Benedita percorria, solitária ou com representantes da empresa, as comunidades circunvizinhas ao Arauaí numa cruzada de conversão da condição de sitiante em cultivador do dendezeiro. Esse aspecto foi percebido por um entrevistado, quando se refere a este momento de difusão da ideia:

[...] eu soube que o “Manel” pegou um para ele, aí a Benedita pegou também no terreno do pai deles [Seu “Sabá”]. Quem andava para cima e para baixo com essa ideia de projeto era a dona Benedita. Ela sempre incentiva o colono a pegar os projetos. Por aqui [Apeí] ninguém queria e daí o papai pegou e disse: Eu não quero. Aí eu falei: pegue o projeto, pai! Porque se o senhor não pegar, eles [empresa e ITERPA] vão falar assim: nós vamos deixar tudo com 1.000 metros para cá [...], então eu disse: com esses mil metros o que a gente vai fazer aqui? Se a gente trabalhar fazendo roça, a gente faz 4 roças, a gente

acaba com esse terreno tudinho, fica só no chão. Então eu vou pegar, mas eu mesmo não quero, disse o papai (Entrevistado 12).

Na compreensão do ex-prefeito, João Cardoso, a resistência ao projeto não vinha apenas dos sitiantes que coletivamente ou individualmente usavam a área, que hoje se encontram os projetos I, II e III, para diferentes fins. Assim relatou o ex-prefeito:

Eu estive em reunião com o pessoal do ITERPA na região dos projetos. Em uma dessas reuniões, teve até terçadada [golpe de facão ou terçado], na mesa de um colono lá. Mas não era ele totalmente contra, mas ele estava sendo induzido por madeireiros, porque o madeireiro não queria que acontecesse aquilo, estás entendendo. Porque aquela área era de interesse dos madeireiros (Entrevistado 1).

A resistência era também dos exploradores de madeira da região, muitas vezes de forma irregular, que em função do projeto e do reordenamento fundiário do lugar, começaram a se posicionar contrários e incentivar os sitiantes a rejeitar o projeto sob o argumento de que perderiam terra para a empresa. Na análise de um ex-funcionário da empresa, a presença dos órgãos do governo como SECTAM e do ITERPA incomodava as ações dos madeireiros na região, por isso o embate e a resistência desse sujeito. Conforme lembra esse entrevistado:

Lá era [também] uma área explorada pelos madeireiros e eles não queriam de jeito nenhum, porque ia prejudicar o negócio deles, a exploração das pessoas e da madeira. Então foi uma briga terrível. A Agropalma incentivando dizendo que ia dar certo, e eles [madeireiros] dizendo que a empresa iria tomar as terras deles [dos sitiantes] (Entrevista 13).

Nesse momento de divulgação e seleção dos agricultores para o projeto I, dona Maria, irmã da dona Benedita e professora na localidade, foi contrária ao projeto monocultor. Em entrevista deixou claro seu posicionamento sobre a implantação do projeto de agricultura familiar com cultura do dendezeiro. Relata a professora:

Em uma reunião com o representante da empresa [Agropalma] eu falei: eu não aceito enquanto educadora na comunidade, filha de uma comunidade que tradicionalmente nasceu e viveu da cultura, do cultivo, da coleta, e que sempre viveu uma realidade diferente, que vocês [empresa] alguém que precisa implantar um projeto de monocultura aqui para que chegar as políticas públicas [...] (Entrevistado 14).

A atuação da professora na localidade, como educadora e liderança comunitária, não poupava críticas ao projeto de cultivo do dendezeiro. Narrou que no segundo semestre do ano de 2000 foi exonerada de seu cargo.

Quando cheguei na secretaria em julho de 2000, eu fui informada que eu fui “cortada” [exonerada] do quadro. O primeiro impacto que eu tive [...] daí te

sobe uma enorme interrogação. Será que ninguém gostava que eu fazia ali? Porque foi logo uma interrogação que veio na minha cabeça. Não teve um abaixo-assinado feito pelos pais. Eu vou te dizer que eu não relutei para exigir aquela vaga e jamais eu faria isso, porque eu compreendia muito bem, que eu ali era uma ameaça para eles, pra todos eles. Por diversas vezes, eu precisei fazer reuniões com os pais e cansei de dizer eu sei o que acontece dentro da sua casa e eu sei dos motivos pelos quais os filhos de vocês não chegam na escola e quando chegam, chegam com um nível de violência muito alto, então eu sabia que era natural aquela rejeição da comunidade, não era pelo serviço que eu desenvolvia na sala de aula. Mas era pelo incômodo que eu gerava extraclasse, porque quando você chega na comunidade, naquela época, e você começa incomodar na forma de viver daquelas famílias das duas ou uma, ou você vai ser muito bem aceito ou muito rejeitado (Entrevistado 14).

Por ser liderança comunitária e por ter voz contrária ao projeto, a professora era um obstáculo à realização dos propósitos da empresa. Nas reuniões comunitárias promovia um discurso contrário dos diretores da empresa, mostrando que o projeto iria mudar um modo de vida antes pautado na diversidade para um baseado na monocultura. Ela era uma voz que deveria ser silenciada e isso veio com a exoneração. Em outra entrevista a educadora narrou que, “depois fiquei sabendo que um político e o meu [...] foram responsáveis pela minha saída, pela minha exoneração” (Entrevista 14).

O contrato de integração

No Brasil a agricultura de contrato, chamada de produção integrada, é uma estratégia em que, geralmente, uma grande empresa fornece insumos e assistência técnica para que pequenos produtores desenvolvam determinada cultura e vendam a ela sua produção (SCHLESINGER, 2015). No cultivo do dendezeiro a modalidade data de 2001, quando, por meio do projeto-piloto do Arauaí, firma-se um contrato entre empresa do ramo da dendeicultura e agricultores na Amazônia paraense. O sitiante, quando assina o contrato de integração, oficializa parceria com a empresa e torna-se, juridicamente, um agricultor ou como descrito no contrato, um produtor/vendedor, neste caso de Cachos Frutos Frescos de dendê.

Antes da assinatura do contrato entre a empresa, o BASA, os sitiante e os demais órgãos envolvidos no processo, criou-se uma associação para os integrantes dos projetos pudessem acessar o crédito na agência financiadora, o BASA. Segundo Maneschky, Maia e Conceição (2008):

[...] Nos últimos anos, chama a atenção entre esses grupos a difusão acelerada de uma forma, oficialmente privilegiada, de cooperação: a forma jurídica de “associação”. [...] essas associações locais de grupos camponeses são alvo de políticas públicas e de programas de agências de desenvolvimento. [...] (MANESCHY; MAIA, CONCEIÇÃO, 2008, p. 86).

Explica uma entrevistada que “inicialmente se cogitou vincular o projeto I a Associação do Desenvolvimento Comunitário da Soledade. Mas esta, por conta dos projetos de mandioca e de pimenta-do-reino, constava inadimplente, pois os associados tinham acessado financiamentos sem quitá-los” (Entrevistada 15). Por isso, no início do segundo semestre de 2001, forma-se a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí (ASDECRA), registrada na receita federal e no cartório em 30 de outubro de 2001. Em 2005 tal associação abarcou os agricultores do projeto III. O primeiro presidente eleito da ASDECRA foi seu Edmilson, atuando por três mandatos (2001-2002/2003-2004/2005-2006). Em agosto de 2021, o seu Daniel ocupa a presidência da associação. A sede da associação está localizada na vila Arauaí, onde ocorrem as reuniões.

Em entrevista um agricultor menciona que antes da assinatura as cláusulas, os parágrafos e os incisos do contrato foram debatidos entre a empresa e os agricultores. As reuniões ocorriam, principalmente, no Arauaí e na Soledade. Nas reuniões explicava-se o contrato, bem como esclareciam-se dúvidas que surgiam no momento da exposição. Segundo a Agropalma, o contrato foi apresentado e esclarecido para as famílias envolvidas e para a comunidade, assim diz a empresa:

Nos anos 2000, a empresa se engajou com 185 agricultores familiares, vários órgãos de governo e com a federação dos agricultores [FETAGRI], para negociar um contrato formal, explicar os riscos e obrigações de parte cada signatário e avaliar a vontade das famílias de fazer parte de tal projeto (várias famílias não quiseram participar, usaram seu direito de dizer não e não foram envolvidas na iniciativa). O Projeto foi cuidadosamente explicado para a comunidade e para as famílias, que puderam tomar uma decisão informada (tanto as que aceitaram o projeto, como as que decidiram não participar). Depois das famílias terem concordado em participar, o contrato geral foi assinado pela associação de produtores, pela federação, pela Agropalma e pelos órgãos governamentais (<https://www.agropalma.com.br/responsabilidade-socioambiental/programas-socioeconomicos/agricultura-familiar>).

Contudo, o contrato atendia basicamente aos interesses empresariais, ainda que houvesse o consentimento e a contribuição de órgãos ligados à agricultura como a FETAGRI, a SAGRI, a EMATER e o STR. O contrato registrava a vontade e as

demandas da empresa integradora em detrimento do agricultor integrado. Foi isso que concluiu um membro do STR que participou da elaboração do contrato:

o Sindicato dos Trabalhadores Rurais estava no processo de elaboração do contrato, mas como a empresa queria pôr no contrato suas vontades, ignorou as nossas solicitações, o sindicato resolveu sair, porque a gente não concordava com tudo que estava escrito nele (Entrevistado 16).

Os esforços empreendidos pela dona Benedita, pelo ex-prefeito João Cardoso, pelos representantes do governo estadual, pela empresa Agropalma não conseguiram conquistar os corações e mentes dos que foram convidados pela empresa a ingressar no projeto-piloto de 2002. De acordo com a narrativa de um entrevistado, a empresa não conseguiu completar as 50 famílias, tal como cogitado inicialmente:

Para você ter ideia, o primeiro projeto de 500 hectares (Projeto I), nós (Agropalma) ficamos praticamente um ano fazendo reunião e selecionando agricultores e só conseguimos 49 e aí 1 produtor colocou o filho dele para inteirar os 50 do primeiro projeto (Entrevistado 17).

Uma agricultora integrada ao projeto I confirma que “realmente a empresa não conseguiu alcançar a meta de estabelecer parceria com as 50 famílias como ela pensou no início da criação do projeto” (Entrevistada 18). O momento (II) da implantação do projeto de agricultura familiar ocorreu na localidade de São Vicente, vizinha ao Arauaí, no ano de 2004. O projeto vincula-se a Agropalma e a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Soledade, constituída desde 1986, e presidida pelo seu André. O local determinado pelos estudos do ITERPA e da Agropalma para a conformação do projeto situa-se 4,3 km da vila Soledade, em terras de sitiantes que não possuíam documentação de suas terras da vila de São Vicente.

Enquanto no projeto I foi difícil alcançar o número de famílias pretendidas pela empresa Agropalma, no projeto II (Soledade), segundo informação de um entrevistado “a empresa ofereceu 50 vagas e quase 170 pretendentes” (Entrevistado 19). A distribuição dos lotes seguiu os procedimentos do projeto I, ou seja, as famílias que possuíam posses na área do projeto estariam pré-selecionadas e os demais critérios eram, em seguida, ser morador da Soledade e, por fim, estar morando na região por pelos menos 3 anos.

As entidades envolvidas foram as mesmas do projeto I (Arauaí I), de 2002. O contrato² entre a Agropalma, os sitiantes da Soledade e o BASA seguiu os moldes do

² Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Contrato-dende-Petrobras-AF.pdf>. Acesso 08 ago.2022.

projeto I (Arauaí I), quais sejam, 25 anos de fornecimento de fruto fresco colhido (CFF) por parte dos integrados para a empresa integradora e essa fornece assistência técnica e treinamento dos agricultores.

Foram 50 famílias contempladas no projeto, porém, a linha de financiamento difere-se do projeto anterior. Neste, a linha de crédito foi o Pronaf D, com 12 anos de prazo total e 5 anos de carência. O valor do projeto individualmente foi de R\$ 22.475,18 e o total de R\$ 1.123.759,00 (RABELLO, 2012, p. 02). O projeto II, de 2004, foi o primeiro projeto implantado no contexto do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB), o programa foi lançado oficialmente em 6 de dezembro de 2004.

Em 2005 ocorreu a implantação do projeto de agricultura familiar nas vilas Arauaí e o vilarejo de “Curuperezinho”, constituindo o momento III. O projeto III está vinculado a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí (ASDECRA). A área do vilarejo pertencia ao senhor conhecido na região como “Preto”, e em algum dia dos anos 1980 foi adquirido pela dona Marlene e sua família. O terreno tinha 500 metros de frente com 1.000 metros de fundo (50 hectares). Dona Marlene de Oliveira Siqueira é moradora antiga da localidade do Curuperezinho, residente há 30 anos na vila e mais de 40 anos na região do Alto Moju. Ela veio para o Alto Moju, segundo lembra, no ano 1982, migrando da vila Envirateua na região do Jambuaçu, no Moju. Primeiro vieram os pais, por volta do ano de 1975, depois os filhos. Inicialmente a família fixou residência na margem esquerda do igarapé Curuperé, um dos afluentes do rio Arauaí, nas proximidades do que é hoje sua residência no vilarejo. O terreno que hoje se assenta o vilarejo resume-se a escola municipal de ensino fundamental Curuperé, que funciona no período matutino e vespertino com duas séries na modalidade fundamental I (1º ao 5º ano); 6 residências, sendo uma da senhora Marlene, 4 pertencente a 4 filhos e 1 do ex-marido e um campo de futebol.

A área do projeto III abarcou aproximadamente 40 hectares que estavam na posse da família. Segundo lembra a senhora Marlene,

A empresa Agropalma queria me dar apenas 1 lote (10 hectares) no projeto para a família. Eu não aceitei aquilo e fui procurar o meu direito no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e aí a empresa soube que eu fui lá, que tinha procurado meus direitos e com uma semana o seu Claudiomar [diretor agrícola] veio aqui em casa com o pessoal da Agropalma falar que a gente tinha ficado com 4 lotes e mais 40 hectares que o ITERPA titulóu no nome da família” (Entrevista 18).

Tal como o projeto II, o Projeto III foi implantado no contexto do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O programa trouxe a política do “Selo Combustível Social” e com a inauguração da fábrica pelo presidente Lula, em abril de 2005, a empresa recebeu o selo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), concedido para os produtores de biodiesel que adquirem matéria prima de agricultores familiares e a autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). Naquele momento, a Agropalma era a única empresa, no estado do Pará e no Brasil, a possuir esse selo tendo como matéria prima o resíduo (ácido graxo) fruto do refinamento do óleo bruto de dendê. Por conta desta concessão, a empresa gozou até o ano de 2010, data do fechamento da refinaria as seguintes vantagens: a) diferenciação/isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS; b) participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); c) acesso a melhores condições de financiamento junto aos bancos que operam o Programa (ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos); d) possibilidade de uso do Selo Combustível Social para promover sua imagem no mercado (PNPB, s/r).

Considerações finais

A formação de projetos de agricultura familiar de cultivo do dendezeiro desencadeou mudanças na condição espacial sitiante. Enquanto sitiante as necessidades da família determinavam o ritmo e intensidade do trabalho no roçado. Igualmente a família comandava e controlava o processo produtivo. No lote, embora exista a presença do trabalho familiar, o comando e o controle da produção, bem como o ritmo do trabalho são determinados pela temporalidade do mercado mundial, que tem na empresa seu representante local. O agricultor integrado ao projeto não tem o comando dos usos do território, pois não decide sobre a natureza e a finalidade do trabalho, bem como da reprodução das relações de produção, não decide como e o quê plantar; tampouco pode escolher para quem vender sua produção e a que preço vender, porque estão “presos” pelas normas do contrato, do mercado e da empresa. Nessa condição, os agricultores

apenas executam tarefas determinadas pela empresa, assemelhando-se a um trabalhador para o capital sem torná-lo um operário (WANDERLEY, 2009)

Esses projetos de agricultura familiar manifestam o avanço da cultura com ritmo, finalidade e comando do trabalho dados pela comercialização do óleo de palma nos mercados de commodities. Tais projetos, configuram-se como principais fontes de renda e reprodução das famílias, o que levou Nahum; Santos (2015) a sustentar que nos lugares em torno de onde se pratica a monocultura do dendezeiro se reproduz um espaço rural sem camponês; mais que isso, os sitiantes camponeses ao se integrarem aos projetos de agricultura familiar acentuam processos de descampesinização, tornando-se agricultores para produção de óleos dendê.

Muda-se a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social da comunidade do Arauaí e em torno. Esses lugares, tal como outros no município de Moju, eram marcados por sítios enquanto espaços da vida, unidade na diversidade de atividades e trabalho na rotina da roça, vivificada pela família ou mesmo pela solidariedade dos mutirões ritmados pelos ciclos naturais e neles os roçados de mandioca. Incidindo sobre a fragilidade econômica e a precariedade estrutural em que viviam os sitiantes, o projeto de cultivo de dendezeiro familiar configura-se como estratégia do Estado brasileiro para que a empresa da dendeicultura use o território, isto é, a área e a força de trabalho, sem que para isso tenha que adquirir terra e assalariar trabalhadores.

Ancorado num discurso de geração de emprego, renda e inclusão social, o projeto amplia a capacidade de consumo dos agricultores. O grande atrativo do projeto é que ele transforma o sitiante em consumidor. Nesta situação emerge a enigmática figura do agricultor integrado à cadeia produtiva de dendê, que não é nem capitalista, pois que a lógica de sua unidade produtiva não é a reprodução do capital, nem é assalariado, posto que não é força de trabalho contratada pela empresa, tampouco continua sitiante, visto que se alterou a natureza do trabalho, e, por conseguinte a paisagem, a configuração espacial, a dinâmicas social, enfim o território usado ou espaço geográfico enquanto quadro da sua vida. No lote de cultivo do dendezeiro o ritmo de trabalho não é definido pela equação trabalho versus necessidade. Longe disso, o calendário agrícola reduz o outrora sitiante à condição de agricultor produtor de fruto fresco colhido; matéria-prima sem qualquer valor agregado, atrativa tão somente pela voracidade do

mercado de palma, pelas vantagens econômicas e técnicas oferecidas aos agricultores comparadas às demais culturas. Reedita-se um estilo de produção semelhante às cooperativas benéficas ao capital que proliferam na Amazônia.

Tudo começa com o interesse do mercado mundial por um “produto panaceia” para a crise energética. Então empresas são estimuladas por políticas estatais a aproveitar economicamente a área cultivando dendezeiro. A empresa compra individualmente áreas e/ou convida pessoas para aderir ao projeto. A notícia se espalha e toda comunidade passa a se interessar pelas vantagens comparativas do cultivo do dendezeiro, sobretudo quando ouvem representantes sindicais, vereadores, prefeitos, deputados e até o presidente Luís Inácio Lula da Silva- quando em maio de 2010 lançou no município de o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, dentre outros tantos- repetirem que a integração da agricultura familiar à cadeia do dendê é a alternativa de desenvolvimento para o meio rural. A empresa beneficia os frutos frescos colhidos, transformando-os em óleos para indústria de cosméticos, alimentos, medicamentos, combustível dentre outros produtos que ganham o mercado mundial, com valor agregado infinitamente maior que o pago aos produtores. No entanto, o mercado mundial que vive de certificações, exige responsabilidade social e ambiental da empresa para com a comunidade e assim condena a prática de compra individual de fruto fresco colhido dendê. Para não ficar sem sua matéria-prima, a empresa estimula os produtores a formarem cooperativa, instituição que congrega os produtores individuais, representando-os. Estes continuam a produzir e a cooperativa repassa a empresa. Essa subsunção formal do trabalho e do território ao capital se oculta no discurso de geração de emprego, renda e inclusão social.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Benedito Ely Valente da. **Territorialização e organização espacial do Grupo AGROPALMA**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5018>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FURTADO, Rogério. Povos das águas. **Revista Globo Rural**, nº 155, set.1998, p. 32-34.

GOMES JUNIOR *et al.* **Desenvolvimento Vegetativo de Dendezeiro na Fase Juvenil em Sistemas Consorciados no Estado do Pará**. Embrapa Amazônia Oriental. Belém, PA.2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/->

/publicacao/1090357/desenvolvimento-vegetativo-de-dendezeiro-na-fase-juvenil-em-sistemas-consorciados-no-estado-do-para. Acesso em: 16 mar. 2022.

HOMMA, Alfredo King Oyama. **Cronologia do Cultivo do Dendezeiro na Amazônia**. Embrapa Amazônia Oriental. Belém, 2016. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1056562/1/DOC423Ainfo.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MANESCHY, Maria Cristina; MAIA, Maria Lúcia Sá; CONCEIÇÃO, Maria de Fátima da. ASSOCIAÇÕES RURAIS E ASSOCIATIVISMO NO NORDESTE AMAZÔNICO: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, n. 1, p. 85-108, jun. 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MULLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J.; CELESTINO FILHO, P. **A Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará**. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA, 2006

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. doS; SANTOS, L. S. Dendeicultura e Biodiesel na Amazônia paraense. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 16(1): 60-74, jan./jun. 2018b. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/12854/8645>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense. **Revista Nera**. Presidente Prudente ano 21, n. 42, pp. 113-134. Dossiê/2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5689>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia Paraense. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/biodiesel/selo-biocombustivel-social>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RABELLO, Fabrício Khoury. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. **Revista Contexto Amazônico**. Ano 5, n. 22, jun. 2012.

RIVAL, A; LEVANG, P. **La palma de la controversia: La palma aceitera y los desafíos del desarrollo**. Bogor, Indonésia: CIFOR. 2014.

SACRAMENTO, E. D. Da agricultura diversificada produção da monocultura do dendê: a expansão do agronegócio numa comunidade de Moju/PA 173. In: COELHO, Anna Carolina de Abreu, ALVES, Davison Hugo Rocha; NEVES NETO, Raimundo

Moreira (Organizadores). **Perspectivas de pesquisa em História na Amazônia:** natureza, diversidade, ensino e direitos humanos. Belém: Açaí, 2017. pp. 173. 192.

SANTOS, C. B. **Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia paraense:** uma análise do município de Moju. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Belém. 2015.

SANTOS, C. B. **Dinâmicas territoriais, dendeicultura e produção de culturas alimentares:** o caso do município de Moju, Pará. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Belém. 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4ª Ed. São Paulo: Edusp. 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6ª Ed. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil.** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

SCHLESINGER, Sérgio. **Produção sob contrato:** boa pra quem? FASE/Oxfam, 2015. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/04/producao_sob_contratoB.pdf . Acesso em: 16 mar. 2022.

VIERA, Ana Carolina Casemiro. **A integração camponesa ao monocultivo de dendê:** subordinação e transformação do campesinato amazônico. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2015. Disponível em: <https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/08/190116-vieira-a-c-c-integracao-camponesadende-dissert.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

WANDERLEY, M de. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida.** Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS. 2009. 336p.

Recebido em 10/03/2022.

Aceito para publicação em 26/07/2022.